

## CAPÍTULO 10

### Exílio: uma vida em balanço

Quando não houver mais corações, restar-nos-ão os fígados.

MARCELLO CAETANO

Mas entre nós está tanto mar...!

MARCELLO CAETANO

#### Introdução

Exilado no Brasil logo a seguir ao 25 de Abril, Marcello Caetano, o último presidente do Conselho de Ministros, manteve uma correspondência intensa, tanto com os seus conterrâneos portugueses como com autoridades e intelectuais brasileiros. De um modo geral, as cartas versavam sobre a defesa da sua governação, o regime do Estado Novo ou críticas ao regime estabelecido após a sua queda. No caso da correspondência com portugueses destaca-se, em especial, a figura do historiador Joaquim Veríssimo Serrão. Analisar as missivas de ambos significa acompanhar dois personagens de reconhecida importância para o Portugal do século xx. E refiro-me a uma correspondência que perdurou até ao falecimento de Marcello Caetano, em 1980. Contudo, outros amigos, brasileiros ou portugueses, mesmo que em missivas menores, também contribuem para a percepção de um relacionamento permanente com Portugal, mesmo

afirmando a ruptura com o seu presente. Correspondência quotidiana, um constante «dar-se a ver» ao outro, atenuando as angústias da solidão e «desempenhando o papel de um companheiro, ao qual quem escreve se expõe».<sup>672</sup>

Além das cartas que mantinha actualizadas com uma disciplina invejável, Caetano regressou logo ao trabalho porque foi nomeado pelo reitor da Universidade Gama Filho, José Murta Ribeiro, director do Instituto de Direito Comparado logo no primeiro dia de Junho de 1974.<sup>673</sup> É interessante que a nomeação de Caetano antecede a própria criação do referido instituto. Foi apenas no dia 19 daquele mês que o chanceler da Universidade, Luíz Gama Filho, enviou um ofício ao seu reitor para que o referido instituto fosse criado. E aproveitava para o informar do convite formulado a Marcello Caetano para que este viesse a desempenhar o cargo de director.<sup>674</sup> Apesar de agradecido pela hospitalidade, não deixou de fazer observações jocosas a respeito do tipo de comportamento que predominava nos trópicos. Acerca dos alunos da UGF, em carta a Maria Helena Prieto, afirmou: «Agora no Mestrado, ensino só História do Direito. No curso, com professores, juízes, etc., ninguém tem qualquer preparação em História! Faço-os trabalhar só sobre textos, o que além do mais é importante num país onde a leviandade e a subjectividade reinam, e eles deslumbram-se com as revelações recolhidas.» Nas vésperas da viagem de Prieto ao Brasil, deixou clara a visão negativa do ambiente intelectual e, para piorar, do avanço da esquerda:

Aqui no Brasil é que a penúria intelectual é constringedora. Como em tempos disse, tive nesse semestre a regência de um seminário sobre História do pensamento político em Portugal nos séculos XIX e XX no curso de Doutorado de Filosofia. Três alunos inscritos (todos já professores) e de nível razoável. Pensei que quisessem trabalhar uma doutrina com influência em Portugal

e no Brasil e propus o iluminismo, mas preferiram o século xx. Mesmo assim o seminário tem decorrido coxo, geralmente só com duas presenças e mais *papo furado* que trabalho de pesquisa. O Rio é isto. E em matéria de cultura clássica não esperes melhor. Uma decepção! Acresce que os meios académicos andam agitados com o prenúncio de acontecimentos progressivamente mais sérios, sendo a Pontifícia Universidade Católica (PUC) o centro mais tocado pela esquerda e extrema-esquerda.<sup>675</sup>

Em poucas palavras, dois defeitos conjugados: a indigência intelectual e o esquerdismo. Pior, impossível.

### 10.1. A gente de Portugal: nostalgia e ressentimento

Ainda no Funchal e logo a seguir à sua chegada ao Brasil, Marcello Caetano preocupou-se em organizar os seus documentos, pessoais e públicos. É evidente que a documentação oficial permaneceu sob controlo da Junta de Salvação Nacional. No entanto, parte destes ficou à guarda do professor Adelino da Palma Carlos, jurista, colega de Marcello Caetano na Faculdade de Direito de Lisboa e primeiro-ministro do I Governo Provisório. Da ilha da Madeira, Caetano transmitiu ao amigo correspondente apreensão quanto ao futuro de Portugal e preocupação com o seu futuro. A correspondência data de 17 de Maio. No primeiro caso, embora Caetano deseje ao amigo a melhor sorte, é pessimista. Para ele, os exemplos contemporâneos assim o comprovavam: «Com comunistas e socialistas avançados nas partes mais decisivas ou mais influentes não sei o que será o país dentro de alguns meses, por mais que pretendas equilibrar forças e evitar radicalismos. A infiltração far-se-á inevitavelmente em lugares-chave. Tenho me lembrado tanto da Checoslováquia...»<sup>676</sup>

No segundo caso, fazia previsões para a sua vida no Brasil. E demonstrava esperanças quanto às soluções financeiras decorrentes do período trabalhado. Ao mesmo tempo, tinha consciência de não haver mais futuro em Portugal:

Tenciono levar no Brasil uma vida recatada e espero que me deixem estar silencioso, a trabalhar como puder. Aos 68 anos não é fácil recomeçar a vida. Não sei se me dão aqui a aposentação e me deixam transferir para lá a pensão. Mas estou por tudo. Quero aliás dizer-te quanto me penhorou a mensagem da Faculdade de Direito que para aqui me mandaste logo nos primeiros dias de cativo. Voltar à Faculdade... isso acabou. Agora só me resta defender o meu nome enquanto puder – e morrer.

Marcello Caetano, afinal, não teve direito à pensão que esperava receber. Instalado no Rio de Janeiro, começou a trabalhar na Universidade Gama Filho, onde foi responsável pela organização do curso de Direito Comparado. A correspondência enviada da prisão foi respondida por Palma Carlos, que procurava informar o amigo destas questões, bem como manifestava a esperança de que Portugal voltasse o mais rapidamente possível à normalidade:

Vamos lá vêr se os espíritos se acalmam, se a confiança se restabelece e se poderemos levar a cabo a tarefa que nos incumbe, pesadíssima, sem dúvida, mas que estamos empenhados.

[...].

Quanto ao caso dos teus papéis que ficaram na Presidência, tem havido algumas confusões. Os que foram encontrados estão fechados em cofres cujas chaves tenho em meu poder. Os de tua casa, os oficiais, claro, estão à disposição da Junta, segundo me disse o José Maria, com quem tenho falado sobre esses assuntos e à espera de que ela os mande recolher.<sup>677</sup>

Marcello Caetano, já na condição de professor da UGF, respondeu ao então primeiro-ministro. Reconhecia a perda de direitos e da reforma, ao mesmo tempo que pedia que lhe fossem mandados os livros. Não menos importante, reconhecia igualmente o empenho de Palma Carlos em atender, da melhor forma possível, aos seus interesses:

Escrevo-te em papel da Universidade Gama Filho (é dela o timbre...) que me contratou para montar e dirigir o Instituto de Direito Comparado. E cá estou aos 68 anos a recomeçar a vida para ver se enquanto sobreviver consigo ganhar o suficiente para não constituir peso para ninguém. Convinha-me muito, agora que tenho de trabalhar e aluguei casa, ter aqui alguns dos meus livros: mas o Zé Maria deixou-me entender que os meus bens estão congelados. Dinheiro pouco tenho aí. E algumas acções que ao longo de uma vida de trabalho (que deu pouco para a poupança, dado o encargo da doença da Teresa durante dez anos!) comprara, tudo vendi e converti em títulos da vida pública ao ser nomeado Presidente do Conselho, títulos que estão depositados no B. N. U. Resigno-me a perder tudo, mas os livros e alguns objectos de uso pessoal, acho uma crueldade inútil que não deixem que venham para aqui. Espero que, passado o mais forte do furor revolucionário e aplacadas as iras do Snr. Soares e quejandos me deixem ao menos morrer em paz. Não os incomodarei mais, nem mesmo com o meu funeral, porque não sou partidário dos passeios fúnebres. (...) Soube pelo Zé Maria quanto tem feito e a amizade que tens mostrado e podes crer que isso me sensibiliza profundamente.<sup>678</sup>

Por fim, comparava, tomando o seu caso pessoal como exemplo, a política punitiva do regime pós-25 de Abril com o Estado Novo: «PS: O Zé Maria deixou-me também em dúvida quanto

a ser-me concedida a aposentação. Em tantos anos de “opressão” mesmo nas demissões impostas nunca se negaram os direitos aos funcionários aptos para ser aposentados.»

A despeito das opiniões diametralmente opostas que tinham naquele momento específico da História de Portugal, Palma Carlos reafirmava a sua amizade para com Marcello Caetano, bem como fazia votos de recuperação da paz de espírito através da actividade docente, a «vocaçã» de ambos:

Ao que creio, já aí voltaste a exercer o ensino, que foi a tua – a nossa – grande vocação. Oxalá assim seja e que nele encontres a tranquilidade de espírito de que tanto necessitas.

Eu continuo, como amigo fiel de uma vida inteira, à tua disposição para o que quiseses mandar.

E não hesites nunca em fazê-lo, na certeza de que, assim, me proporcionarás uns momentos de alegria, ao menos por receber notícias tuas.<sup>679</sup>

Mesmo com a amargura sentida deste a vitória do golpe de Estado, Marcello Caetano ainda conseguia manter relações cordatas com alguns dos membros do novo governo. De salientar que o seu cunhado e amigo desde a infância, Henrique de Barros, foi membro do Conselho de Estado no I Governo Constitucional e presidente da Assembleia Constituinte (1975-1976).

O exílio de Caetano foi vivido com muito trabalho, muita produção, conforme se verá. Mas também com muito ressentimento e dissabor. Em larga medida, para Caetano o que a História havia reservado para si correspondia ao que também reservara para Portugal. Caetano partilhava em parte algumas dessas mágoas com os seus amigos e parentes lusitanos. No dia 20 de Fevereiro de 1976, portanto cerca de ano e meio desde a sua chegada ao Brasil, Marcello Caetano escreveu à sua cunhada Maria Antónia de Barros:

Por aqui vou vivendo com saúde, graças da Deus, adaptado ao clima e ao meio e trabalhando bastante para encher o tempo e esquecer as mágoas. Chego ao fim da vida tendo perdido Pátria, valores morais e materiais, sonhos, ideais, aspirações. Mesmo assim não me queixo. Fui aqui bem recebido, sou bem tratado, ganho a vida sem me faltar o pão de cada dia, tenho amigos e até já junto à minha volta de vez em quando razoável numero de pessoas da família. Para um velhote, que poderia querer mais? Morrer. Esse é o meu desejo mais ardente, mas não está na minha mão.<sup>680</sup>

Esta carta muito provavelmente sintetiza a vida de Marcello Caetano no exílio. Ao mesmo tempo amarga e nostálgica de um tempo para ele perdido: um tempo de Pátria e de valores que já não existiam. Mas também um tempo de muito trabalho, muitas tertúlias com amigos e contactos com portugueses – tanto por via epistolar, como pessoalmente (quer fossem portugueses igualmente exilados ou então residentes em Portugal que o visitavam com relativa frequência). Quanto à desejada morte, Caetano referiu-se a esta algumas vezes. Seguramente demorou mais do que desejava, pelo menos se tomarmos como referência as suas próprias afirmações. Mas não esperou parado. Em carta do ano anterior também a Maria Antónia de Barros, Caetano já falava da mesma relação quase simbiótica com a amargura e o trabalho. Além, como recorrentemente, do profundo pessimismo em relação a Portugal: «Estimei saber notícias suas mas o que me contas não difere muito do que todos os dias me narram as pessoas que chegam aqui. Que posso dizer-te? Que tenhas coragem, não percas o ânimo, não te deixes ir abaixo. Eu por cá vou andando trabalhando o mais que posso para manter o moral, mas sem o gosto de viver. Todos tem sido muito bons para mim, mas a amargura não passa.»<sup>681</sup>

Ainda em 1976, Caetano fazia troça das notícias a respeito de um possível casamento. Raramente deixava transparecer algum optimismo em relação ao futuro. Numa outra carta dirigida a Maria Antónia de Barros, embora com a habitual amargura havia, no entanto, alguma esperança. Ao mesmo tempo, relatava a sua preocupação com os acontecimentos em Portugal e no Ultramar. Numa época em que milhares de pessoas regressavam de África, Caetano reconhecia o lado trágico desta diáspora como também a presença daqueles que ostentavam riqueza e arrogância:

Aproveito o oferecimento do simpático casal que foi portador das tuas notícias para dar mais algumas daqui.

Como eles certamente te dirão, adaptei-me bem, suporte sem dificuldade o clima, a saúde não me tem faltado e todos dizem que o aspecto é bom e «não pareço a idade que tenho».

Talvez daí resultem as constantes fantasias acerca dos meus casamentos...

Mas o que me vale é ter bastante trabalho que me ocupa o tempo e o espírito.

Por mais que queira abstrair do que se passa aí e do que se passou no Ultramar, não consigo. Primeiro por que não se deixa de pé para a mão de ter preocupação com o que nos encheu a vida durante tantos anos. Depois porque a romaria dos exilados è constante e com muitos aspectos trágicos.

A par disso está cá muita «gente conhecida» que se arranja razoavelmente, algumas até ostentando demais. Desses não tenho pena. Ainda por cima dizendo mal do País que os acolhe.

Desejo que continue somando êxitos ao bridge e a ter saúde e fortaleza de ânimo. O importante em ocasiões como essa que se vive aí é resistir. Porque a loucura há-de passar.<sup>682</sup>



A troca de gentilezas com Maria Antónia de Barros não ofuscava o amargor que sentia com o 25 de Abril. Aquela data foi determinante para que a ideia de traição e perdas, materiais e espirituais, permanecesse durante os seis anos de vida que ainda teria. A Maria Helena Prieto, acerca de quem falaremos mais pormenorizadamente adiante, enviou uma carta no dia 25 de Abril de 1979, na qual agradece uma missiva da amiga e elogia a sua verve. Mas não deixa de falar do sentido daquela data:

Mas a carta não vale para mim apenas como documento literário. Também vale nesse sentido: por que motivo havia de ser insensível às tuas qualidades e estéticas? E à tua cultura? O principal valor dela, porém, é o da amizade que transpira em todas as linhas e que hoje, 25 de Abril de 1979, eu quero pôr em relevo. Neste dia, há cinco anos, perdi muito, perdi sobretudo a Pátria, perdi a fé nos homens e a confiança nos amigos – e iniciei uma fase em que as traições, as desilusões, as cobardias, os abandonos se sucederam numa frequência surpreendente. Há vinte anos que a minha vida não é fácil: dez anos a assistir ao espectáculo mais trágico que se pode presenciar, a morte lenta da razão de um ente querido; cinco anos e meio de cuidados, noite e dia, no governo, em época das mais difíceis da história portuguesa; sobre isto uma revolução em que me vi desamparado de qualquer defesa e mais cinco anos de exílio com a derrocada à minha volta de tudo aquilo em que acreditei a vida inteira e a fuga de quantos se diziam meus amigos fiéis.

[...].

25 de Abril... Prefiro na data de hoje sobrepor à lembrança das horas más vividas aquilo que de bom me aconteceu por causa delas. Tu aconteceste de muito bom.<sup>683</sup>

## 10.2. Em defesa de si, do marcelismo e do Estado Novo

Além das relações pessoais, marcadas muitas vezes por uma angústia profunda, e do trabalho, a que se dedicou com esmero, em certa medida Marcello Caetano manteve-se ligado à política. E enquanto foi vivo não abdicou por um momento sequer, conforme já referido, do empenho em se defender, assim como ao regime político de que fez parte.

A imprensa brasileira, embora conservadora, à época continuava a expressar opiniões, próprias ou de leitores, críticas e irónicas, a respeito de Marcello Caetano e do regime do Estado Novo. Em alguns momentos Caetano viu-se perante a necessidade de se defender de acusações ou afirmações que considerava infundadas. Foi por este motivo que enviou ao jornal *O Globo*, no dia 1 de Maio de 1975, uma carta a responder às eventuais proximidades com o nazismo alemão:

Snr. Diretor:

Ao ler hoje *O Globo* encontro o anúncio de uma publicação onde se fala do «meu antigo entusiasmo pelos métodos nazistas de Adolfo Hitler».

Como nunca, expressa ou implicitamente, aprovei esses métodos, só com textos falsificados, truncados ou deturpados essa pseudo-demonstração pode ser feita.

Pelo contrário há numerosas passagens de escritos meus a condená-las. E lembro, em especial, por saber que existem em várias bibliotecas jurídicas brasileiras, o que escrevi nas *Lições de Direito Penal* publicadas em 1939.<sup>684</sup>

Ao mesmo tempo que procurava ambientar-se com o Brasil e defender-se das opiniões contrárias que a respeito de si eram formuladas, Marcello Caetano também procurava ser porta-voz dos

interesses dos exilados que, a partir do 25 de Abril, foram obrigados a deixar Portugal. Este foi, por exemplo, o teor de uma carta endereçada ao então ministro da Justiça brasileiro, Armando Falcão, datada de Maio de 1975, na qual rogava para que o Brasil adoptasse medidas que facilitassem a concessão das carteiras de identidade aos portugueses exilados. Para Marcello Caetano, aquele ano de 1975 foi marcado, muito provavelmente, por constantes amarguras e pesares. Não apenas pelo exílio em si, uma experiência evidentemente dolorosa, mas também pelas notícias que recebia de Portugal e que demonstravam o empenho do governo revolucionário português em estabelecer uma ruptura com o passado. Assim, e de acordo com o *Diário da República*, no dia 8 de Maio de 1975 Marcello Caetano foi demitido da função pública.<sup>685</sup> Tornou-se evidente que o exílio não era coisa passageira. Ao mesmo tempo, a correspondência demonstra a opinião de Caetano a respeito daquilo em que Portugal se havia transformado, bem como de quem fora obrigado a abandonar o país. Por fim, Caetano não deixava de fazer uma breve referência à política externa brasileira em África:

Senhor Ministro

(...).

Como decerto V. Exa. sabe o regime comunista instaurado de fato já há meses em Portugal tem procedido metódica e cientificamente à supressão da burguesia: expulsando os apelidados de fascistas dos lugares onde ganhavam a vida, bloqueando-lhes as contas bancarias e suprimindo a propriedade privada, pelo confisco das empresas, o aniquilamento dos valores mobiliários, a ocupação de terras e a invasão dos locais de habitação.

Aos burgueses resta uma só opção: ficar e, após uma vida de vexames morrer de fome, ou emigrar.

Quanto ao que passa em Angola e Moçambique certamente o governo brasileiro está informado. A vida está-se tornando

impossível para o brancos e não tardará que não lhe reste mais esperança de permanecer.

[...].

Em vários dos países demandados, ..., tem sido dadas aos imigrados grandes facilidades de estabelecimento para que possam imediatamente começar a ganhar a vida.

Não sucede assim no Brasil. Aqui não te sido dispensados nenhuns documentos ou formalidades aos portugueses que pedem para se fixar como residentes e concluídos os processos demora meses a entrega da carteira de identidade.

[...].

Por isso me permito apelar para V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. em nome da fraternidade luso-brasileira, em nome dos interesses da defesa da liberdade contra o comunismo, em nome dos princípios cristãos de humanidade para com seres acossados do covil de feras que foi a sua Pátria, para que se facilite ou ao menos acelere, o processo de regularização da permanência destes infelizes exilados.<sup>686</sup>

Como se sabe, a despeito da política ditatorial de direita da ditadura civil-militar brasileira à época, o Brasil adoptou uma política de reconhecimento imediato não apenas do novo regime português como dos países africanos de língua portuguesa, o que não passou despercebido a Marcello Caetano. De qualquer forma, pelo menos a este pedido Marcello Caetano obteve uma resposta positiva de Armando Falcão, embora tivesse de esperar até Setembro. Dizia o ministro da Justiça que, dada a situação específica vivida pelos portugueses, o governo brasileiro criaria uma *task force* nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos a fim de facilitar os trâmites burocráticos que garantissem visto imediato e exames de saúde gratuitos.<sup>687</sup>

Ainda em 1975, no mês de Maio, Marcello Caetano escreveu ao amigo Josué Montello, à época jornalista do *Jornal do Brasil*.

Desta feita, tratava-se de matéria publicada naquele órgão de imprensa a respeito do seu governo e da idoneidade do seus membros e dele próprio:

Aqui há tempos um pasquim de extrema esquerda que se publica em Lisboa noticiou que na sindicância a que se procede aos serviços da Antiga Secretaria de Estado de Informação e Turismo eram acusados de desvio de verbas os secretários de Estado, vários funcionários e o chefe do governo «fascista», dando à notícia a epígrafe escandalosa de «Marcello Caetano acusado de desvio de dinheiros».

A notícia foi reproduzida e explorada por outros «órgãos de comunicação social» no meu desgraçado País, e transmitida ao que parece por uma agência de informação para o exterior. Mas no Brasil, que me conste, só o «Jornal do Brasil» lhe deu credibilidade e até honras de manchete na 1.<sup>a</sup> página, esquecendo as circunstâncias anormais de Portugal que estava lançando uma suspeita sobre o bom nome e reputação de alguém que aqui reside e que foi surpreendido por uma infame e cobarde agressão.<sup>688</sup>

De acordo com Caetano, a matéria terá levado à indignação em Portugal, a despeito da «lavagem ao cérebro» que estava a ocorrer no seu país. Ao mesmo tempo, a denúncia teria sido levada a julgamento e considerada vazia de conteúdo, o que obrigava o «pasquim português» a desmentir o dito. O desmentido, apesar da linguagem rebuscada e da manutenção da qualificação de «fascista» para o governo de Marcello Caetano, embora tenha provocado algum alívio aumentou ainda mais o seu rancor para com o jornal brasileiro: «Mas o “Jornal do Brasil” que tão pressurosamente acolheu a calúnia, ignorou o desmentido. Mostrando assim na prática o que valem para certa imprensa liberal os princípios da defesa da dignidade da pessoa humana...»

Outra temática constante na correspondência de Marcello Caetano dizia respeito à política ultramarina portuguesa. Em Março de 1975, por exemplo, Caetano enviou ao economista Eugênio Gudín, à época jornalista do jornal *O Globo*, uma carta a agradecer os elogios que publicara naquele órgão de imprensa a respeito do livro *Depoimento*. No entanto, tentava esclarecer a sua conduta a respeito do Ultramar. Dizia Caetano:

Exmo. Prof. Eugenio Gudín:

Leitor assíduo dos seus artigos no jornal *O Globo* (e sempre com muito proveito) encontrei, ao regressar de Curitiba onde estive participando no 1.º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, o artigo que no jornal de 6ª feira V. Ex me deu a honra de consagrar ao Depoimento que há pouco publiquei.

Venho agradecer penhoradíssimo a atenção dada ao livro e os termos em que se lhe referiu. V. Ex é uma das figuras primaciais da inteligência brasileira e como tal acatado e respeitado: mais uma razão para me desvanecer em tanto os comentários consagrados ao livro.

No final do artigo refere-se V. Ex à resistência oposta pelo governo de Portugal à concessão de independência às suas províncias ultramarinas, atribuindo-a à persistência de uma ilusão. Peço licença para observar que, não existia no meu governo, a ilusão de se poder manter indefinidamente o Ultramar na dependência da metrópole portuguesa.

Havia apenas a consciência de que, sobretudo em Angola e Moçambique, embora as populações autóctones fossem maioritárias, os brancos constituíam uma maioria qualificada a qual se devia a civilização dos territórios de quem dependia ainda e dependeria por muito tempo o progresso e até a utilização conveniente do equipamento técnico de que estão dotados. Assim, de harmonia com a tradição portuguesa, procurávamos conseguir

a construção de formas políticas em todos os graus, consolidando que brancos e pretos compartilhassem do poder a convivência racial que na ordem social sempre cultivaram.

Aquilo que o meu governo resistiu foi a fazer entrega precipitada do governo dos territórios a movimentos surgidos fora deles, muito minoritários, esses racistas para mais enfeudados a potências estrangeiras e sem outros títulos de legitimidade que não fosse o aventureirismo terrorista. E dessa atitude não estou arrependido.<sup>689</sup>

Pouco tempo depois, numa carta enviada directamente ao jornal *O Globo*, Marcello Caetano tinha por objectivo desmentir uma informação prestada pelo programa televisivo da Rede Globo de Televisão, «Globo Repórter». Tratava-se de uma reportagem acerca do sistema colonial português e, segundo Caetano, profundamente injuriosa. Na carta publicada no jornal a 2 de Julho de 1975, e dirigida ao director das Organizações Globo, Roberto Marinho, Caetano afirmou:

Na emissão de ontem, dia 1, do «Globo Repórter», na TV Globo, a propósito da independência de Moçambique, foi afirmado que em 1971 o governador-geral da então província portuguesa dera instruções para o extermínio das populações nativas sem poupar homens, mulheres nem crianças, instruções em cujo cumprimento teriam colaborado tropas portuguesas e roderianas.

Tenho a certeza de que tais instruções não existem. Primeiro porque elas iriam contrariar frontalmente as ordens do Governo de Lisboa. Segundo, porque em 1971 o Governador geral de Moçambique era um ilustre engenheiro com larga folha de serviço ao País, geralmente conhecido e respeitado pela sua integridade, pelo seu equilíbrio, pelo seu senso moral, e que as atas do Conselho de Defesa da Província, a que ele presidia, mostram

constantemente empenhado em evitar quaisquer excessos na actuação dos militares.

Tudo indica que a notícia provenha de alguma fonte empenhada em alimentar a onda de calúnias que hoje, infelizmente, no meu desgraçado País e no antigo Ultramar, não respeita nada nem ninguém.<sup>690</sup>

Conforme vimos, e ainda veremos adiante, Marcello Caetano manteve relações por vezes próximas e outras afastadas da Igreja Católica. Mais afastadas do que próximas. Estes problemas mantiveram-se mesmo aquando do seu exílio. E mais: a tensão com a Igreja não se limitava ao clero progressista, vinculado à Teologia da Libertação ou próximo desta. Mesmo com segmentos mais conservadores, Caetano empenhou-se na defesa do regime do Estado Novo. Foi, por exemplo, o caso do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio de Araújo Salles, que, a propósito de um artigo do prelado publicado em *O Globo*, foi duramente criticado por Caetano:

Acabo de ler no jornal *O Globo* o que V.<sup>a</sup> Em.<sup>a</sup> disse no programa radiofónico de ontem. E vi, com magua, que acerca da tragédia portuguesa V.<sup>a</sup> Em.<sup>a</sup> só teve palavras de reprovação para o «regime forte» que no meu País reprimiu a subversão e conteve o comunismo durante meio século de reformas, obras e serviços prestados ao povo português.

Pensava eu que um Prelado com as responsabilidades de V.<sup>a</sup> Em.<sup>a</sup> não se pronunciasse em assunto tão delicado sem a Prudência de se informar junto de fontes autorizadas, como seria fácil e sem a Justiça de não negar a cada um o que lhe é devido.<sup>691</sup>

Mais do que uma crítica ao método e ao conteúdo das palavras de D. Eugênio Salles, Caetano não hesitou em apresentar



uma defesa firme, nomeadamente no que dizia respeito à representação política, à ausência de liberdades e ao obscurantismo do país:

O regime que tive a honra de servir reprimiu apenas a subversão, como é dever de qualquer Governo capaz de garantir a Ordem, a Justiça e a Paz e fê-lo (não dê V.<sup>a</sup> Em.<sup>a</sup> ouvidos à lenda negra que os vencedores espelharam miseravelmente sem provas) com equilíbrio e sem violências, ainda quando possa apontar-se algum inevitável e lamentável excesso, mas, meu Deus!, em número e gravidade bem menor do que em tantos países do Mundo...

Caetano citava ainda, à guisa de exemplo, o caso do *Jornal República*, de oposição ao Estado Novo e que manteve regularmente a sua publicação. Ao mesmo tempo, afirmava que o clamor pelas liberdades apregoadas pelas oposições era instrumentalmente esquecido quando estas tomavam o poder. Ironicamente, termina a sua carta incorporando o principal adjectivo que lhe era imputado, além de se referir a um Deus que, pelo menos formalmente, consta que já não cria: «Não desdenhe V.<sup>a</sup> Em.<sup>a</sup> do que acaba de lhe escrever um “fascista”, exilado de mais a mais. Mesmo que deite fora o papel, tenha a caridade, peço-lhe, de reflectir o que lhe digo. E que Deus sempre o assista e ilumine são os votos que respeitosa formula.»

### 10.3. Escritas de si: a correspondência com Joaquim Veríssimo Serrão e Maria Helena Prieto

Exilado no Brasil a seguir à Revolução dos Cravos e a consequente queda do regime do Estado Novo, Marcello Caetano, o último presidente do Conselho de Ministros, manteve uma intensa correspondência com muitos dos seus conterrâneos portugueses.

Entre estes destacam-se as figuras do historiador Joaquim Veríssimo Serrão e da filóloga e classicista Maria Helena Prieto. No primeiro caso refiro-me a correspondência que perdurou exactamente durante todo o período de exílio de Marcello Caetano, entre 1974 e 1980. No segundo caso a correspondência começou um pouco depois, em 1977, e manteve-se até ao falecimento de Caetano. Além dos temas clássicos da política e do «ocaso» de Portugal, as missivas entre Caetano e Helena Prieto também se transformaram em trocas íntimas, quase um namoro epistolar. Pelo menos até certo momento, quando mudaram para uma relação de amizade baseada no respeito e admiração intelectuais.

Joaquim Veríssimo Serrão, natural de Santarém e nascido em 1925, é um historiador formado pela Universidade de Lisboa e autor, entre outros trabalhos, de uma grande obra intitulada *História de Portugal*. Presidiu à Academia Portuguesa de História entre 1975 e 2006. Convidado por Marcello Caetano, ocupou o cargo de reitor da Universidade de Lisboa entre 1973 e 1974. Do presidente do Conselho também aceitou o convite para a pasta do Ministério da Educação, cuja posse, não fosse a Revolução dos Cravos, ocorreria a 27 de Abril de 1974.

Maria Helena Prieto nasceu no Rio de Janeiro em 1928 e mudou-se para Lisboa trinta anos depois para trabalhar na Faculdade de Letras da UL. Doutorou-se em 1967 e chegou à Cátedra em 1974. Foi membro da Academia Portuguesa de História e do Instituto de Alta Cultura. É autora de vários trabalhos acerca das línguas e culturas gregas. Faleceu em Lisboa em 2013.

Nas cartas trocadas entre Marcello Caetano e Joaquim Veríssimo Serrão sobressaem as memórias de um Portugal perdido e as agruras e incertezas de um movimento revolucionário que ambos abominavam. Marcello Caetano, exilado no Brasil, e Joaquim Veríssimo Serrão, exilado na sua própria casa, revelam o desconforto face a um novo tempo e, ao mesmo tempo, reinventam um

passado idílico mas definitivamente perdido. Quanto à correspondência entre Caetano e Maria Helena Prieto, além das angústias igualmente expressas nas missivas com o historiador destaca-se um despojamento inusitado daquele que sempre se caracterizara pela formalidade e o rigor.

As missivas aqui referidas foram reunidas em dois livros. O primeiro foi organizado por Joaquim Veríssimo Serrão e publicado pela Editora Bertrand.<sup>692</sup> Trata-se de um total de 291 cartas com um Apêndice contendo três cartas de Veríssimo Serrão dirigidas ao general António de Spínola, uma resposta deste e dois artigos publicados posteriormente à morte de Marcello Caetano: «Evocação de um grande português» e «Evocação de Marcello Caetano – da saudade ao culto». O segundo livro é da autoria de Maria Helena Prieto e foi publicado pela Editora Verbo em 1992.<sup>693</sup> Além de opiniões próprias, memórias e reminiscências a respeito de Caetano, a autora reproduz as cartas que este enviou do Rio de Janeiro.

Uma carta de Caetano para Veríssimo Serrão, datada de Janeiro de 1978, parece-nos paradigmática para entender o sentimento do exilado em relação a Portugal: «Vamos ver o que nos traz 1978, mas os augúrios, infelizmente, não são favoráveis ao nosso País. Possa a alma de cada português salvar-se, e o meu amigo, trabalhando operosamente e procurando através da História, reaquecer o sentimento nacional e restituir Portugal aos portugueses, bem se redime dessa vergonhosa Alcácer-Kibir.»<sup>694</sup>

Esta mensagem de Caetano condensa o conteúdo principal das cartas trocadas tanto com Veríssimo Serrão como com Maria Helena Prieto: a preocupação com a verdadeira História de Portugal; a crítica à subserviência aos interesses internacionais; o profundo pessimismo em relação ao Portugal do pós-25 de Abril; e, por fim, a sua relação com tragédias antigas – Alcácer Quibir, liberalismo, república, etc. Ao mesmo tempo, o profundo

sentimento de angústia e ressentimento de Caetano para com a Igreja Católica, nitidamente expresso em algumas das missivas que aqui serão tratadas.

Com o historiador, Caetano mantinha uma antiga relação de amizade. No entanto, no caso da professora, Caetano desenvolveu uma espécie de *affair* que ultrapassava a simples amizade. Além disso, admirava e reconhecia o comportamento de permanente fidelidade. Aquando da viagem de Veríssimo Serrão ao Brasil para tomar posse como sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras, comentou com Maria Helena Prieto a respeito do amigo: «Vem agora aí o S., a convite do Instituto Histórico e para tomar posse da Academia Brasileira. Deve chegar no dia 17. Tem sido desde 1974 (como dantes) um amigo fiel e dedicado.» Isolado e angustiado no Brasil, encontrou em Maria Helena Prieto uma relação de afecto platónica que o fazia expressar-se de um modo invulgar para o conhecido estilo duro e taciturno que ficou na memória dos seus correligionários e alunos.

Com a professora, dentre as inúmeras e quase incontáveis cartas que tão disciplinadamente guardou ao longo de toda a vida, falava de si e de sentimentos. De política também, conforme se verá. Mas falava, sobretudo, dos seus desejos como não o fazia com outra pessoa. Na sua última missiva a Maria Helena Prieto, resumiu o significado daquelas cartas: «Quando recebi a tua primeira e reconfortante carta, eu, apesar da idade, era um homem moço, cheio de vigor para defrontar as vicissitudes da vida e para trabalhar incansavelmente. Tinha alegria de viver (...), fazia versos, com rima ou não...»<sup>695</sup> Com mais ninguém Caetano foi aberto, sincero e despreocupado com os assuntos tratados. Falava das suas doenças, do medo da velhice, da amargura com aqueles que considerava traidores, do pessimismo com Portugal. Mas falava, sobretudo, da admiração surpreendente pela mulher que o fazia chorar, falar de saudades. E dedicar-se

como a ninguém como cicerone aquando da visita desta ao Rio de Janeiro. Um Marcello Caetano surpreendente.

Para os que o rodeavam e, seguramente, também para ele próprio.

### 10.3.1. *O historiador e a História de Portugal: um dever militante*

As preocupações para com a História começaram a reflectir-se nos debates a respeito da gestão de Veríssimo Serrão na Academia Portuguesa de História, nas relações desta com a intelectualidade brasileira e na escolha dos seus titulares e correspondentes no Brasil.

Assim, em carta datada de Setembro de 1975, Veríssimo Serrão fala de um encontro que tivera em Lisboa com o historiador brasileiro José Honório Rodrigues<sup>696</sup> que lhe propôs um intercâmbio entre a Academia Portuguesa de História e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>697</sup> José Honório também propôs a organização de seminários bianuais em Lisboa e no Rio de Janeiro para se debaterem temas de interesse comum. Veríssimo Serrão aproveitava ainda para propor que a Academia Portuguesa de História elevasse à condição de titulares o próprio José Honório Rodrigues e Américo Jacobina Lacombe<sup>698</sup> e a entrada, na categoria de correspondentes, de Sérgio Buarque de Holanda,<sup>699</sup> Francisco Iglésias,<sup>700</sup> Afonso Arinos<sup>701</sup> e Alice Canabrava.<sup>702</sup>

Em resposta a Veríssimo Serrão, Marcello Caetano mencionou:

Creio que sabe que o José Honório, com quem aliás mantenho relações de cortesia, tem sido o mais odioso inimigo de Portugal. Não só em relação ao tempo do meu governo quanto sobretudo ao que ele chama o passado colonialista e imperialista dos

portugueses. É um fraco carácter. Foi a uma reunião do Instituto Histórico (onde raramente comparece) e falou no Colóquio que projectara consigo. Em conversas particulares e na Academia elogiou muito o actual regime português. O Afonso Arinos, que não é historiador e navega nas mesmas águas, tem todavia mais inteligência. Mas vejo com pesar a entrada destes dois pela sua mão. É preciso cuidado com os nomes indicados por eles: dos que vejo na carta só o Sérgio Buarque de Holanda se pode dizer alguma coisa de representativo.<sup>703</sup>

Noutra missiva, esta de Janeiro de 1977, ainda a respeito dos correspondentes brasileiros, afirma que Sérgio Buarque de Holanda é «um tanto tocado pela esquerda, mas que sempre se refere correctamente à obra dos portugueses: nisto o mais odiosamente hostil é José Honório, que ainda na sua recente história das lutas da Independência recidivou no seu anti-lusitanismo».<sup>704</sup>

O olhar atento aos «inimigos» de Portugal permaneceu sempre. No ano seguinte, em carta a respeito da viagem de Pedro Calmon<sup>705</sup> a Lisboa e mais uma vez sobre as eleições dos correspondentes brasileiros, enquanto elogiava o seu velho amigo voltava à carga contra mais um brasileiro, Francisco de Assis Barbosa,<sup>706</sup> a quem Caetano havia também declarado inimigo:

Ainda bem que tudo correu bem, por que ele [Pedro Calmon] merece e no panorama intelectual brasileiro é dos amigos fiéis a Portugal. Ao contrário do Francisco Assis Barbosa cuja indicação pelo Josué Montello só não me espanta por conhecer as capelinhas literárias desta terra: o Barbosa não é historiador, não é amigo de Portugal, não tem obra que o recomende para a Academia (e já para a Brasileira entrou pela mão de Afonso Arinos, como seu assecla, sem obra que o recomendasse).